

Interface Administração Pública



LUÍS MORAIS SARMENTO

Director-Geral da Direcção-Geral do Orçamento (DGO)

"A adopção do GeRFIP permitirá que a DGO canalize o investimento em RH nas suas áreas de negócio"

O GeRFIP (Gestão dos Recursos Financeiros e Orçamentais em Modo Partilhado), a ser aplicado em toda a Administração Pública (AP), está a funcionar, numa primeira fase, no Ministério das Finanças como Ministério Piloto do sistema. Que benefícios traz este novo modelo à AP? E especificamente à DGO, onde já encontra em fase de implementação?

O modelo de serviços partilhados tem sido usado com sucesso no sector privado, permitindo a redução de recursos em áreas de apoio ao negócio e a normalização de procedimentos e de processos, o que aumenta a qualidade da informação de gestão.

Na AP, para além de, tal como no sector privado, esperarmos colher aqueles dois tipos de benefícios, os serviços partilhados na área financeira, parecem-nos ser a boa forma de disseminação do POCP, uma vez que uma boa parte dos organismos públicos não têm, actualmente, capacidade técnica de adoptar uma contabilidade patrimonial. A DGO, também espera beneficiar, enquanto organismo público, desta capacidade técnica acrescida que a concentração numa única unidade das valências técnico-contabilísticas proporcionará. Mas no caso da DGO, a implementação generalizada do POCP, através da adopção do RIGORE em serviços partilhados (GeRFIP), trará uma mais-valia importante para o seu negócio, com a melhoria da qualidade da informação contabilística e financeira que estas ferramentas proporcionarão.

A DGO, enquanto organismo público, aderirá ao conjunto de funcionalidade previstas no GeRFIP, isto é, a adopção de um sistema de contabilidade com 3 vertentes: orçamental, patrimonial e analítica.

Que lacunas essas funcionalidades permitem preencher na DGO?

Mesmo no caso da DGO, a adopção de um sistema de contabilidade patrimonial obrigaria a um investimento em recursos humanos qualificados nesta área. A adopção do GeRFIP permitirá que a DGO canalize o investimento em recursos humanos nas suas áreas de negócio. A adopção do RIGORE/GeRFIP permitirá, à DGO, ter acesso a melhor informação de gestão, nomeadamente, à sua situação patrimonial e, a prazo, a uma medição dos custos da sua actividade através da contabilidade analítica.

Quais considera serem os imperativos de mudança na reforma do processo orçamental, no âmbito do GeRFIP?

A reforma do processo orçamental é mais vasta que a adopção do RIGORE/GeRFIP. No entanto, há que reconhecer que este passo é importante para uma melhoria significativa do processo orçamental. Acresce que esta alteração tem que ser realizada não ao nível central, mas num conjunto vasto de organismos. Torna-se, portanto,

ALGÉBRICAPRODUTOS



Jornadas Interface Administração Pública

Contabilidade Analítica na Administração Pública

23 de Setembro

Lisboa

[Saiba mais](#)



Intra Director Financeiro

É fundamental que o DF mantenha uma gestão virtuosa do binómio custo/investimento

Pedro Murinho

[Saiba mais](#)

Interface Saúde

O Datamatrix permite a rastreabilidade dos produtos

Lilian Neves Quintal

[Saiba mais](#)

Interface Administração Local

A AP começa a perceber os cidadãos numa perspectiva de "cliente" e não de mero "utente" de serviços

Jorge Barroso

[Saiba mais](#)

Intra Director de Sistemas de Informação

Projecto nasceu da necessidade de concentrar, num ambiente único, toda a informação e conhecimento disponível na empresa

José Filipe Ferreira

[Saiba mais](#)

Interface Banca&Seguros

O outsourcing é um factor de rentabilidade

Luís Amado

[Saiba mais](#)

Intra Gestor de Frotas

Estes sistemas deveriam ser mais versáteis na adaptação às

necessário o envolvimento dos dirigentes dos organismos para que o processo se faça, ultrapassando as dificuldades que naturalmente uma alteração em nas vertentes contabilística, organizacional e tecnológica, implicará.

Do ponto de vista da DGO, enquanto organismo que prepara as contas consolidadas da Administração Central, a implementação do GeRFIP, com a gestão centralizada de dados mestre, permitirá uma melhoria considerável na qualidade da informação e na consolidação de dados.

Em que aspecto poderá o GeRFIP ajudar na generalização do POCP a toda a AP?

A partilha de recursos permitirá ganhos de eficiência e de economia, mas também uma maior uniformização da aplicação do POCP. Como referido anteriormente, o GeRFIP contribuirá para generalização do POCP concentrando competências técnico-contabilísticas numa única entidade. Os organismos teriam dificuldades em investir internamente neste tipo de competências quer porque não fazem parte do core da sua actividade, quer porque, em muitos casos, não faria sentido dada a sua dimensão. Os serviços partilhados permitem que cada organismo tenha acesso a essas competências sem que desvie a atenção da sua actividade principal e a um custo substancialmente inferior ao que os organismos teriam de suporta de outra forma.

O POCP veio tornar “obrigatória” a Contabilidade Analítica para as entidades subordinadas às suas normas, criando uma série de mecanismos conducentes ao efectivo apuramento de custos e proveitos. Que importância atribui à contabilidade analítica na gestão orçamental na AP?

A avaliação das políticas, em geral, e dos organismos, em particular, obriga à comparação de custos e de benefícios. A contabilidade analítica visa medir o custo das actividades exercidas por cada organismo, de forma a permitir esta avaliação.

Inicialmente ao nível do organismo, que a deverá usar como instrumento de gestão para melhorar a sua eficiência. Numa segunda fase, a determinação dos custos de cada actividade poderá vir a ser usada de forma agregada. Isto é, a prazo, a contabilidade analítica pode contribuir para a determinação dos custos dos programas orçamentais e para a avaliação das políticas públicas.

Que benefícios traria a generalização da contabilidade analítica a toda a AP?

Creio que a resposta a esta questão está implícita na minha resposta anterior. Uma avaliação efectiva dos serviços e das políticas públicas tem que considerar os custos das actividades e dessas políticas. A generalização da contabilidade analítica constitui, assim, um passo necessário para essa avaliação

Biografia

Luís Morais Sarmento é Director-Geral da Direcção-Geral do Orçamento.

SUBSCRIÇÃO / CANCELAMENTO

WEBSITE INTERFACE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÚLTIMAS ENTREVISTAS

Gonzalo Núñez, David Osimo, José Orvalho

necessidades específicas de cada

frota

Miguel D'Aguiar

[Saiba mais](#)



www.algebrica.pt

Edição Magda Jiná Design Luís Silva

Produção Margarida Soares Publicidade comercial@algebrica.pt